



(TRANS)FORMAÇÕES JUVENIS: VIVÊNCIAS E DESAFIOS NAS CONSTRUÇÕES DE IDENTIDADES TRANS EM CONTEXTOS FAMILIARES E ESCOLARES

YOUTH (TRANS)FORMATIONS: EXPERIENCES AND CHALLENGES IN THE CONSTRUCTION OF TRANS IDENTITIES IN FAMILY AND SCHOOL CONTEXTS

FORMACIONES (TRANS) JUVENILES: EXPERIENCIAS Y DESAFÍOS EN LA CONSTRUCCIÓN DE IDENTIDADES TRANS EN CONTEXTOS FAMILIARES Y ESCOLARES

Pollyanna Rezende-Campos¹

Vanessa Cavalcanti²

 10.21665/2318-3888.v9n17p109-133

RESUMO

Desmistificar as identidades excluídas, por não se ‘enquadrarem’ na lógica (perversa) da heterocisnormatividade é o principal objetivo desse estudo. Partindo da (re)construção de ‘novas verdades’, para que as pessoas que subvertem os ‘modelos privilegiados’ definidos e legitimados não permaneçam apagadas, silenciadas e frequentemente violentadas. Com abordagem epistemológica crítica e metodologia qualitativa, o artigo é produzido a partir das narrativas de três jovens trans de 18 a 24 anos - únicas pessoas com identidades trans numa determinada escola de porte especial do Subúrbio Ferroviário de Salvador-Ba. O instrumento de pesquisa foi entrevista, com enfoque nas histórias de vida acerca de suas experiências identitárias e relacionais, associada à observação participante. Conclui-se que debater as diversidades é determinante no processo educativo, afigurando-se ponto crucial, pois assegura que o sistema de ensino-aprendizagem seja permeado pelos princípios fundamentais da igualdade, da alteridade e da dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: Juventudes. Sexualidades. Identidades Trans.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea na Universidade Católica do Salvador, integrante do Núcleo de Estudos sobre Direitos Humanos (NEDH/UCSAL) e do Núcleo de Pesquisas em Culturas, Sexualidades e Gêneros (NuCUS/UFBA). E-mail: pollyannarcampos@gmail.com.

² Pós-doutorado em Direitos Humanos pela Universidad de Salamanca, Espanha. Doutora em Humanidades pela Universidade de León. Professora nos Programas de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher da Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM/UFBA) e Família na Sociedade Contemporânea na Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Coordenadora do Núcleo de Estudos sobre direitos Humanos (NEDH/UCSAL). E-mail: vanessa.cavalcanti@uol.com.br.

ABSTRACT

Demystifying excluded identities, as they do not 'fit' into the (perverse) logic of heterocisnormativity is the main objective of this study. Starting from the (re) construction of 'new truths', so that people who subvert the defined and legitimated 'privileged models' do not remain erased, silenced and frequently violated. With a critical epistemological approach and qualitative methodology, the article is produced from the narratives of three young trans people aged 18 to 24 years old - the only people with trans identities in a specific school of the Suburbia Ferroviário de Salvador-Ba. The research instrument was an interview, focusing on life stories about their identity and relational experiences, associated with participant observation. It is concluded that debating diversity is crucial in the educational process, appearing as a crucial point, as it ensures that the teaching-learning system is permeated by the fundamental principles of equality, otherness and the dignity of the human person.

Keywords: Youths. Sexualities. Trans Identities.

RESUMEN

Desmitificar las identidades excluidas, porque no encajan "en forma" en la lógica (perversa) de la heterocisnormatividad es el objetivo principal de este estudio. Partiendo de la (re)construcción de "nuevas verdades", para que las personas que subvierten los "modelos privilegiados" definidos y legitimados no permanezcan borradas, silenciadas y a menudo violadas. Con un enfoque epistemológico crítico y una metodología cualitativa, el artículo se produce a partir de las narrativas de tres jóvenes trans de 18 a 24 años - las únicas personas con identidades trans en una escuela particular de tamaño especial en el suburbio ferroviario de Salvador-Ba. El instrumento de investigación fue una entrevista, centrándose en historias de vida sobre su identidad y experiencias relacionales, asociadas con la observación de los participantes. Se concluye que debatir las diversidades es decisivo en el proceso educativo, y parece crucial, porque garantiza que el sistema de enseñanza-aprendizaje esté impregnado por los principios fundamentales de igualdad, otro y dignidad de la persona humana.

Palabras clave: Jóvenes. Sexualidades. Identidades Trans.

Introdução

“Que nada nos limite, que nada nos defina que nada nos sujeite. Que a liberdade seja nossa própria substância, já que viver é ser livre”.

(SIMONE DE BEAUVOIR, 1949).

“é necessário ir além da lógica da política de identidades, avançar em direção a uma luta transversal global dos corpos vivos”.

(PAUL PRECIADO, 2019).

As (trans)formações e as mudanças comportamentais, corporais, relacionais, de escolhas, desejos e performances não são de responsabilidade apenas das decisões decorrentes do amadurecimento das pessoas. Além disso, não estão interligadas tão somente pela esfera individual, mas também, pelos contextos familiares, sociais e educacionais (formal e não formal).

Essas (trans)formações são pautadas pelas relações de poder e de desigualdade, assim como pelas atitudes e valores adstritos ao uso dos corpos, como territórios de expressão, de ser, de aprender e de (con)viver, tanto no apego às normas e regras mais conservadoras quanto no extremo dos desejos e aspirações de mudanças, subvertendo os padrões hegemônicos. As construções e (trans)formações identitárias são fluidas, processuais, individuais, e, ainda, relacionais.

As leituras clássicas e contemporâneas (Eco, 2007), sugerem a necessidade de pensar e construir uma epistemologia que permita transitar entre categorias, assim como, valorizar sujeitos identitários que são delimitados por espaços e relações em suas mais complexas interfaces. Vale destacar que o cruzamento dos conteúdos sobre gêneros, sexualidades e juventudes – seja em esferas privadas ou públicas – traz diversas demandas individuais, comportamentos sociais e, sobretudo, de ‘violências sobrepostas’ (CAVALCANTI, 2018).

Há que se pensar e interagir como pesquisadora em cotidiano escolar integrada à prática profissional, vinculando experiências e conjunturas comuns. Vivências essas, narradas dentro de uma perspectiva de interacionismo simbólico³ encarcerado numa ‘hierarquia colonial violentíssima’ – “onde cada sentença e cada palavra abre a possibilidade de um novo espaço para discursos alternativos e políticas do conhecimento, para assim, descolonizar o conhecimento” (KILOMBA, 2016 [sem paginação]).

Com efeito, esta investigação nasce da inquietação e desconforto no cotidiano escolar, em experiência cruel e sofrida, observando a (trans)formação e a (con)vivência das pessoas que confrontam-se com seus próprios questionamentos e enfrentam suas famílias, que muitas vezes não compreendem e não as apoiam, gerando inquietações e perplexidades.

Essa situação em que os pais/mães não assumem a função de educar e de mediar conflitos por conta de suas diferenças em relação @s⁴ filh@s, apesar do desejo de reconhecimento da reponsabilidade do ‘papal’ de mãe e pai caracteriza o “abandono moral” (KEHL, 2013). Abandono muito sentido pelas juventudes que transitam em suas formações identitárias.

Contextos difíceis e de enorme complexidade denotam aproximação com os sujeitos e ambientação das relações e práticas que se desenham cotidianamente. Nesse sentido, o presente estudo encontra-se num panorama onde as juventudes em seus processos de

³ O que está praticamente explícito no Interacionismo Simbólico é uma concepção da realidade que pressupõe que “todos nós somos fragmentos” e, então, que o conhecimento que adquirimos é necessariamente fragmentário, no seio de situações vividas. Tanto Simmel como as perspectivas interacionistas parecem partir de um princípio quase regulador da realidade social, em que “tudo interage com tudo”, em que o que existem são permanentes relações de movimentos. Assim, os conceitos como “estrutura social” e “instituição social” desempenham papéis secundários, já que a sociedade não parece ser uma entidade completamente fechada em si mesma, absoluta, uma simples totalidade. Comparada com a interação entre as partes que a compõem, é só seu resultado. A Sociologia, então, não tem nada a ver com uma noção *reificada* da sociedade, mas sim com a interação social e as formas de sociabilidade consequentes (GADEA, 2013, p. 246).

⁴ A linguagem nos possibilita a criação de uma consciência e estrutura ideológica que pode aprimorar o pensamento. Adaptamos a escrita com uma linguagem inclusiva, onde nos adequamos de uma linguística mais apropriada, realizando a substituição dos radicais de gênero das palavras (marcadores de gênero “o/a/e”), quando utilizado em referência a um grupo de pessoas pelo símbolo “@”. Compreendemos que este, por seu desenho, consegue abranger ambas as letras e possibilidades, além de deixar a ‘abertura’ que oportuniza o acolhimento das mais diversas escolhas e opções de sexualidades e identidades de gêneros que não ‘estão inclusos’ nos padrões hegemônicos ou dentro do binarismo sexo-gênero.

(trans)formações identitárias estabelecem suas relações sociais, tanto onde naturalmente se iniciam, o âmbito familiar; quanto onde é sequenciado, o ambiente escolar.

Importante destacar o papel da escola e d@s educador@s na ampliação do conhecimento no que diz respeito às diversidades sexuais e de gêneros para, deste modo, mitigar as violências que são impulsionadas por tais questões no ambiente escolar.

Essas ponderações são essenciais para a formulação das seguintes questões: Como se dá a construção da identidade e de sociabilidade de jovens que subvertem o *(cis)tema* heterocisnormativo? Como os conflitos relacionados aos conceitos de gênero e sexualidade se manifestam nas relações familiares e escolares? Como jovens estudantes de uma escola pública do subúrbio ferroviário de Salvador enfrentam ações violentas e discriminatórias face às suas diversidades sexuais e de gênero?

Diante das questões que norteiam o desenvolvimento dessa investigação, e objetivando identificar as principais (trans)formações, diante das vivências e conflitos que ancoram as construções identitárias de jovens de 18 a 21 anos nos contextos familiares e escolares, esse artigo é descrito por meio de três tópicos.

O primeiro se propõe a compreender a vivência e como se dá a construção identitária da juventude no âmbito da diversidade de gêneros e de suas sexualidades, com destaque para a ambiência familiar e escolar, a partir da fala de uma das pessoas que participou do estudo: “a gente e assim”.

O segundo visa detectar os possíveis conflitos e principais desafios no contexto escolar, por ser esse, um dos territórios mais complexos a ser vivenciado por jovens que subvertem a ordem contra-cishegemônica.

E por fim, o terceiro tópico que ressalta a fala marcante de uma das participantes: “Eu sinto que nasci no corpo errado”, objetiva (res)significar essas identidades, através das narrativas, conceitos, atitudes e reflexões dessas juventudes no percurso de suas histórias de vida.

Dentre os princípios educacionais e pedagógicos que estruturam as diversas áreas do conhecimento, pode-se considerar a interdisciplinaridade como um dos maiores destaques. Sua finalidade é evitar a compartimentalização do processo de ensino e aprendizagem e dar significado ao conhecimento escolar, incentivando a capacidade de aprender/conviver/ser.

Tais competências conferem a certeza de que esses ‘corpos falantes’, cheios de vida e de presença, não devem ser invisibilizados, sendo, portanto, o ‘manifesto contrassexual’ (Preciado, 2014), uma forma de (res)significar e (des)construir o binarismo e as categorias naturalizadas no (cis)tema heterocentrado. Compreende-se, assim, que as sexualidades dissidentes⁵ precisam permear e estar presentes em todas as relações e contextos sociais.

A proposta aqui é destacar vivências e conflitos que balizam a construção identitária e relacional de apenas três jovens transsexuais de 18 a 24 anos, apenas, por serem os únicos jovens da referida escola que já fazem uso de nome social e se autodeclararam transexuais. E a partir dessas narrativas perceber como el@s (res)significam seus mundos. Vale ressaltar que esse artigo foi extraído de uma pesquisa maior com aprovação em comitê de ética⁶.

⁵ Uso a expressão ‘sexualidades dissidentes’ no sentido pensado pelo artista e ativista chileno Felipe Rivas San Martin, citado em COLLING, Leandro. Que os outros sejam o normal – tensões entre movimento LGBT e ativismo queer. Salvador: EDUFBA, 2015, p. 151: “De início usamos a palavra “diversidade” quase como continuação do Comitê de Esquerda pela Diversidade Sexual, que foi o antecedente do CUDS. O discurso da dissidência sexual começa a aparecer em 2005 também porque coincide com o fato do tema da diversidade sexual, nesse momento, começar a se tornar muito institucional, quando o termo “diversidade” parece a ser demasiado normalizado, muito próximo do discurso da tolerância, demasiado multicultural e neoliberal. Por outro lado, tampouco nos interessava uma nomenclatura queer diretamente, pois estávamos muito preocupados nessas hierarquias norte-sul, na circulação de saberes e pensando muito fortemente no local, na genealogia local das sexualidades críticas. O conceito de dissidência sexual nos retira dessa lógica multiculturalista inócua, neste momento já muito perto do discurso do Estado, e também não é simplesmente uma repetição de um discurso norte-americano do queer, de um discurso metropolitano hegemônico. Ao mesmo tempo, dissidência é pós-identitário porque não fala de nenhuma identidade em particular, mas põe o acento na crítica e no posicionamento político e crítico”.

⁶ Artigo composto a partir de um recorte aprimorado da dissertação de mestrado: “Juventudes em trânsito: subversões e conflitos do (cis)tema heteronormativo nos contextos familiares e escolares em Salvador”, defendida em 2018 no Programa de Pós Graduação em Família na Sociedade Contemporânea – Universidade Católica do Salvador – UCSAL/BA, com aprovação pelo CEP/UCSAL CAAE 866.28518.0.0000.5628.

A pesquisa busca desmistificar as identidades excluídas, na (re)construção de ‘novas verdades’, para que as pessoas que subvertem os ‘modelos privilegiados’ não permaneçam apagadas, silenciadas e frequentemente violentadas. Para tanto, foi utilizada uma abordagem epistemológica crítica e metodologia qualitativa, a partir de observações empíricas associadas a entrevistas em profundidade acerca das experiências identitárias e relacionais dessas pessoas.

Para visar um ‘espaço mais profundo das relações’, a opção pela modalidade instrumental de produção, mediante ‘Histórias de Vida’ (HV), se mostra eficaz por ser necessária uma aproximação da pesquisadora com as pessoas integradas, fato que é observado no presente estudo. A preexistência desse requisito tende a facilitar o desenvolvimento de uma relação de confiança e partilha que serão asseguradas pelo sigilo e confidencialidade imprescindíveis a uma boa fluidez das narrativas.

Histórias de vida é um método que se utiliza das trajetórias pessoais no âmbito das relações humanas. Busca conhecer as informações contidas na vida pessoa de um ou de vários informantes, fornecendo uma riqueza de detalhes sobre o tema. Dá-se ao sujeito liberdade para dissertar livremente sobre uma experiência pessoal em relação ao que está sendo indagado pelo entrevistador (SANTOS; SANTOS, 2008, p. 715).

A principal função da HV é retratar as experiências vivenciadas, narradas e contadas (BOSI, 2003), enfatizando a própria ideia e fala das pessoas que participaram dessa dinâmica. Existem dois tipos de HV: a **completa** – que retrata todo o conjunto da experiência vivida; e a **tópica** – que focaliza uma etapa ou um determinado setor da experiência em questão (MINAYO, 1993).

De acordo com o foco desta pesquisa, será utilizada a história de vida tópica, tendo como ponto principal permitir que @ informante retome sua vivência de forma retrospectiva e, por meio desses relatos, encontre o reflexo da dimensão coletiva a partir da visão individual. Com essa ferramenta, obtiveram-se dados relativos às experiências íntimas das pessoas, de forma que pudessem contribuir com o desenvolvimento da pesquisa. Assim, foi necessário dispendir total escuta/atenção/acreditação para captar o máximo de informações, sem as quais não seria possível descrever e compreender as diversas situações vivenciadas pel@s pesquisad@s.

O principal instrumento de pesquisa é o próprio investigador e os principais procedimentos são a presença prolongada no contexto social em estudo e o contacto directo, em primeira mão, com as pessoas, as situações e os acontecimentos. (COSTA, 2014, p. 137).

A escola, ao passo que é um dos ambientes onde acontecem inúmeras das experiências/vivências das sexualidades, também sofre o reflexo de tantas outras ocorrências oriundas do seio doméstico, e por isso, deve de alguma forma cumprir seu papel social de estar atenta e proporcionar diálogos para assim, fomentar e (re)construir uma formação crítica, possibilitando que a educação seja a “chave, a alavanca, o instrumento para a transformação social” (FREIRE, 2001, p. 98).

Para embasar o avanço das escritas, das análises de dados e das considerações finais do estudo, foi realizada uma revisão teórico-conceitual de temas e tópicos particularmente importantes para a compreensão da temática, dentro dos eixos da Teoria Crítica, nos contextos de juventudes, sexualidades, diversidade de gêneros, relações familiares e escola.

As (trans)formações juvenis e descobertas identitárias no seio familiar: “A gente é assim”

Estrategicamente, como forma de saber/poder/prazer, a frase imortalizada por Simone de Beauvoir, em seu livro “O segundo sexo” (1949), “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, traz à tona a concepção de diversidade e de construção/identidade de gênero, recorrendo à ideia de relações sociais de sexo para uma nova epistemologia: a de pensar o gênero com pluralidade, multiplicidade ou inúmeras possibilidades para/nas diferentes posições e interações bio-sócio-políticas do ser.

Para Michel Foucault (2015, p. 169) “é pelo sexo efetivamente, ponto imaginário fixado pelo dispositivo de sexualidade, que todos devem passar para ter acesso à sua própria inteligibilidade, à totalidade de seu corpo e à sua identidade”. Já Judith Butler (2017, p. 56) salienta que “não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa

identidade é *performativamente* constituída pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados”, desconstruindo a pseudo-evidência de que o sexo biológico é a forma primordial para descrever a identidade. Tudo isso é um processo complexo, cultural e que permite múltiplas abordagens.

Nesse sentido, é vital considerar as juventudes⁷ como principais agentes de mudanças na condução de novas ideias e percepções, trazendo consigo tempos e temporalidades para além de seu próprio momento, movimento e transgressão, permanências e rupturas em relação às demais gerações. Isso porque, nesta fase, descobrem e vivenciam conflitos internos e sociais concernentes às suas identidades e sexualidades, ao corpo, ao modo de ser e de estar, de expressar e de se relacionar com contextos diferentes.

Trata-se de uma fase de múltiplas novidades e inúmeros questionamentos, estágio da vida no qual se incorporam muitos dos aprendizados da infância, a partir de experiências que são modeladas em meio a (con)vivências e influências sociais, na busca de seu próprio lugar no mundo. Nessa etapa da vida as pessoas sentem uma dada necessidade de se perceberem semelhantes aos outros, e, ao mesmo tempo, afirmarem suas diferenças.

Exercer e conseguir constituir essa ‘temporalidade social’ até que se conquiste a afirmação identitária é um dos maiores enfrentamentos e dificuldades d@s jovens, sobretudo, aos que seus corpos e desejos não atendem ou não se encaixam nos padrões da dominação heterossexual. Tal complexidade é proveniente da cultura impregnada de tabus, preconceitos, violações e discriminações, práticas tão corriqueiras que acabam sendo naturalizadas em todos os meios sociais.

Em seu trabalho "Atos Performativos e Constituição de Gênero: Um Ensaio em Fenomenologia e Teoria Feminista", Judith Butler (2011) descreve que "a identidade de gênero é uma realização performativa compelida pela sanção social e tabu". Portanto, o gênero é constituído a partir de uma série de atos estilosos e repetitivos, tais como toda

⁷ Mirian Abramovay e Mary Garcia Castro (2015) consideram que há diferenças entre os jovens, quer seja por classe social, raça, gênero e outros fatores, portanto, para ressaltar essa feição multifacetada da juventude atual, as autoras lançam mão do conceito no plural, “juventudes”, de modo a clarificá-lo enquanto construção social.

gestualidade corporal e falas que são denominados pela autora de “atos performativos”. Desse modo, esses atos são uma estilização do corpo que objetiva demonstrar uma subversão à estrutura binária.

Dentro dessa mesma ótica, Butler (2017, p. 242) considera que o gênero não é de modo algum uma identidade estável ou um local de ação, do qual provêm vários atos. É antes uma identidade tenuemente constituída no tempo, onde cada pessoa nasce com seu sexo biológico, que a define como um ser do sexo masculino ou feminino. Entretanto, o papel do homem e da mulher será constituído culturalmente, e pode ser modificado de acordo com a sociedade e/ou o espaço temporal que se vive, sendo por consequência, histórico.

o corpo não é apenas matéria, mas uma contínua e incessante materialização de possibilidades. **Não somos simplesmente um corpo, mas, num sentido verdadeiramente essencial, fazemos o nosso corpo, e fazemo-lo diferentemente tanto dos nossos contemporâneos como dos nossos antecessores e sucessores** (BUTLER, 2011, p. 72 – grifos nossos).

Já em Manifesto contrassexual, Paul B. Preciado sinaliza que o gênero não é simplesmente performativo, como na visão de Judith Butler, fazendo uma crítica que ela não considerou os corpos e as sexualidades, isto é, um efeito das práticas culturais/sexuais e das tecnologias e operações que incidem sobre os corpos. “O gênero é, antes de tudo, prostético, ou seja, não se dá senão na materialidade dos corpos” (PRECIADO, 2014, p.29).

No âmbito do contrato contrassexual, **os corpos se reconhecem a si mesmos não como homens ou mulheres, e sim como corpos falantes, e reconhecem os outros corpos como falantes.** Reconhecem em si mesmos a possibilidade de aceder a todas as práticas significantes, assim como a todas as posições de enunciação, enquanto sujeitos, que a história determinou como masculinas, femininas ou perversas. Por conseguinte, **renunciam não só a uma identidade sexual fechada e determinada naturalmente, como também aos benefícios que poderiam obter de uma naturalização dos efeitos sociais,** econômicos e jurídicos de suas práticas significantes (PRECIADO, 2014, p.21).

Desenvolver a autoimagem pressupõe assumir uma posição acerca das escolhas e de experiências individuais, sejam essas sociais, culturais, sexuais, relacionais ou ideológicas. Esse desenvolvimento não é tarefa simples, sendo preciso confrontá-lo com desejos e sensações que, a princípio, podem causar estranhamentos ou ser bastante incômodos.

Isso ocorre porque, na juventude, nem sempre se tem clareza e consciência das pretensões que circundam o universo simbólico, ímpar, matizado por anseios e vontades.

O (auto)pronunciamento dos corpos se depreende com coragem da autodeclaração: “A gente é assim” – podendo ser entendida como um instrumento preventivo e protetivo, tal qual, como uma possibilidade inclusiva, para dar visibilidade à existência desses corpos, bem como, adequada para as interações com as diversidades sexuais e de gêneros.

A partir do momento que o jovem transcende os obstáculos e enfrenta seus próprios medos e anseios, se encoraja e com firmeza consegue ‘relatar a si mesmo’ (Butler, 2015), consentindo com a sua sexualidade, e, mesmo ‘remando contra maré’ da constante normatização da sociedade, el@s esperam o mínimo de apoio e entendimento das pessoas que naturalmente deveriam lhes amar e oferecer todo o suporte quando necessário, que são as pessoas que constituem suas famílias.

Entretanto, esse espaço ímpar de acolhimento e amor, é onde primordialmente também se encontram os embates e os enfrentamentos. “Assim, a família, para além de ser um espaço de afetividade e autenticidade, pode constituir igualmente um espaço de opressão e violência” (DIAS, 2001, p.105).

Assim como, muitas famílias se tornam precursores das imposições e das múltiplas estratégias de disciplinamento e censura dos corpos, na clara tentativa de ceifar a vivência das sexualidades que não se “enquadram” nas normas inteligíveis da sociedade.

“Meu avô aceitou de boa... Minha avó... Hummmm, tá levando... Minha família toda tá meio que levando. Assim, porque não tem jeito e eu acho que no fundo... A família sabe só que não quer aceitar! Ela... Elas mentem pra elas mesmo! E pra criança também! Porque elas falam: ‘Você não é isso!’ Mas no fundo ela sabe que a criança é, entendeu? Acho que eles falam isso de medo né? Quem é que quer ter um filho assim? Se eu tivesse um filho não ia querer que meu filho fosse assim não, porque eu passo por isso, eu sei né o que eu sofro, não ia querer que meu filho sofresse o que eu sofro né? Passar por tudo que eu já passei... É fogo!” (ELEN, MulherTrans, 18 anos – destaques nossos).

Em muitos casos, inclusive, tal fato promove graves rupturas nos laços sociais e afetivos, como são citados em vários elementos da composição familiar, além da mãe e do pai, tais como avós e avôs, irmãs e irmãos, tias e tios ou primas. Fato comum que acontece em muitas situações e esteve presente nesse estudo é quando, ao ‘sair do armário’, se é ‘colocad@ pra fora de casa’. E quando não se é colocad@ pra fora, é aprisionad@ dentro do quarto, devido a uma ‘abominação familiar’, tecendo uma verdadeira anulação da relação afetiva, onde acontecem as dolorosas rupturas familiares:

“Meu pai! Ele ficou ranzinza, por que ele é antigo! Se vou à rua com ele, ele finge que não... Que não me conhece como se não fosse filho dele, **porque ele não gosta não! E minha irmã mais velha**, depois que me assumi como gay/homossexual, ela não gostou! **Se afastou de mim, hoje em dia não fala mais comigo, não tem nenhum contato comigo**, pergunta pra minha mãe, como eu tô, mas não tem coragem de falar comigo! Meu irmão a mesma coisa... também não gostou! Ah! **O pior pra mim foi esse de minha irmã... eu fiquei surpresa por ela me largar assim, me deixar de escanteio, só por que eu me assumi. Chorei muito, porque eu gostava muito dela, até hoje gosto né? Mas... eu sinto muito a falta dela. Mas fazer o quê né? A vida continua...”** (EDY, MulherTrans, 18 anos – destaques nossos).

“Contar pra minha família foi assustador! Ah! Por causa de meu pai... Menina... Meu pai... É o pior pai que Deus poderia ter me dado em relação à isso, tem que ver, é que meu pai repugna isso minha filha! **Ele falou que não era nem para eu falar mais com ele. Ele chegou ao ponto de dizer que não olha nunca mais na minha cara.”** (ELEN, MulherTrans, 18 anos – destaques nossos).

São frequentes as violações e as violências sofridas no seio familiar resultantes das revelações das sexualidades, além da privação de muitos direitos, através de interdições de relações sociais como retirada da escola, proibição de convívios com determinadas pessoas (principalmente aquelas que são também LGBT, na tentativa de não serem ‘influenciados’), retenção de aparelhos telefônicos e limitação ou impedimento de uso/acesso a redes sociais e internet, passam ser atitudes de controle e vigilância das famílias na tentativa de uma ‘readequação’ d@ jovem à heterocisnormatividade compulsória:

“Ele me tirou da escola e colocou em uma longe, achando ele que ia mudar... Ia mudar o quê? Eu aqui ou lá ia ser a mesma pessoa né? Não ia mudar em nada! Ele poderia achar que pelo fato de eu tá saindo do meu ambiente, eu ia desistir... Na cabeça dele né? Mas não adiantou nada! Eu

“não vou deixar de ser quem eu sou por causa de ninguém!” (ELEN, MulherTrans, 18 anos – destaques nossos).

É ilusório achar que se consegue readequar, pois como mencionado nas narrativas, de nada adianta tais atitudes controladoras e punitivas, quando, de certo, elas acabam propiciando e fortalecendo a quebra do vínculo e da confiança nas relações familiares. A falta de apoio e convivência familiar se tornam elementos que potencializam nesses jovens uma tendência a isolamentos que podem contribuir para quadros de depressão que em muitos casos evoluem para pensamentos e ideias suicidas.

Conforme o relatório do primeiro quadrimestre de 2018 do banco de dados virtual da Associação de defesa dos direitos LGBT do Grupo Gay da Bahia foi registrado até o dia 15 de maio de 2018, um total de 153 mortes de LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) no Brasil, dos quais 42 foram provenientes de suicídios.

São índices alarmantes que precisam de uma atenção devida. Portanto, ressalta-se a importância das discussões sobre gêneros e sexualidades no ambiente escolar, com a finalidade de prepará-l@s para o mundo desigual e excludente em que vivemos, onde cada vez mais se valorizam os bens materiais e não a essência da pessoa humana.

Vivências e desafios de identidades trans nos contextos escolares

A escola é considerada um local privilegiado para aprendizagem e socialização, além de funcionar como um “passaporte de entrada” para a convivência com a diversidade. Cumprindo também o papel de integração na sociedade, se torna *lócus* de produção e reprodução sociais, sociabilidades e experiências relacionais ampliadas, diversas e multirreferenciadas.

Importante salientar que instituições como a família e a escola são consideradas como os primeiros espaços de sociabilidade do indivíduo, sendo, portanto, espaços de “buscas de sentido” (Cavalcanti & Gomes, 2015, p. 313). Contudo, podem também configurar como ambientes de relevantes acontecimentos/vivências e ações violentas, que muitas vezes

não são reconhecidas como violações, mas, como “atitudes e comportamentos” normais para as relações estabelecidas.

Preconceitos e discriminações são aprendidos tanto na família quanto na escola. **Ninguém nasce discriminador e nem preconceituoso, torna-se produto do meio em que vive ademais de processo social intenso de reprodução.** As consequências dos relacionamentos conflituosos aprendidos e/ou adquiridos podem gerar danos não só aos indivíduos, mas também às famílias e à sociedade (CAVALCANTI & GOMES, 2015 p. 314 – grifos nossos).

Em um universo de grande fragilidade, a escola está impotente frente ao fenômeno intra e extraescolar de violência, não contribuindo, assim, para a reestruturação de conhecimentos (Gomes, 2004). O quadro é preocupante, por isso, se faz necessário algumas providências, com vistas a minimizar os impactos que não somente refletem dentro da escola, mas na sociedade como um todo.

No tempo presente, a educação – em sua esfera mais formal, **a escola – transforma-se em elemento condicionante de consciência e autonomia, mas concomitantemente em espaços de tensões.** São justamente os sujeitos que integram esse universo social que dizem “porque devem frequentar” ou que entre obrigatoriedade-tempo integral, mais vale os princípios de educação para toda a vida ou educação para liberdade (CAVALCANTI & SILVA, 2016, p. 56 – grifos nossos).

Com efeito, a escola é um lugar que abarca grandes complexidades e diversas interações, com demarcação de identidades e estilos, muitas vezes antagônicos, o que promove toda a pluralidade presente nesse meio. Por vivenciar esse território tão diverso, as pessoas tendem a transformar os espaços físicos em espaços sociais e culturais, pois são neles que se estabelecem importantes alianças relacionais.

O ambiente escolar é um território de trânsito intenso, idas e vindas, encontros e desencontros, contatos, diálogos, discussões, dos mais variados sentidos, mas, que precisa acolher tod@s que nela adentra, especialmente, @s que de alguma maneira não se sentem ou não permitem ser acolhid@s.

Para ser coerente, a educação deverá seguir este impulso, contribuindo para ver o Outro, esteja ele onde estiver, como um ser humano com quem devemos colaborar, que nos ajuda a crescer e que nos dá a alegria de o ajudarmos. Trata-se de uma **educação cosmopolítica, ao serviço da**

sensibilidade em relação ao outro, investindo na solidariedade e na celebração da amizade, na fidelidade, lutando contra a passividade e contra os lugares marcados do Outro. Trata-se, enfim, de uma educação criativa, exigente e rigorosa, interessando-se por todos, mesmo por aqueles que não se interessam por ela (ESTÊVÃO, 2011, p. 18 – grifos nossos).

Em tempos de crise social e busca pela sustentabilidade, a educação tem papel importante para o exercício da democracia e da cidadania. O espaço escolar deve, sobremaneira, ter uma função colaborativa e de fundamental relevância para promoção da igualdade, enfrentando e ressignificando as discriminações para uma possível promoção de equidade e bem estar de tod@s.

Em diversas circunstâncias, a escola não consegue cumprir a função daquele local que deveria abrigar tanto as individualidades, quanto todas as diversidades, que se esforça em estabelecer uma ‘educação cosmopolítica’, pois é engessada em normas, em regras e parâmetros taxativos, advindos da cultura patriarcal, machista e heterossexista.

Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, **a escola produz isso.** Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. **Ela se incumbiu de separar os sujeitos** — tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização (LOURO, 2003, p.57 - grifos nossos).

Decorre daí a necessidade de desvelarmos as relações sociais que são estabelecidas na escola tais como elas acontecem de fato, e assim, poder pensar numa educação emancipatória e efetiva para a prática plena da democracia, dos Direitos Humanos e da justiça social (ESTÊVÃO, 2011).

O exercício para a permanência e prosseguimento da escolarização básica passa a ser dos mais complexos encontros, pois, as escolas acabam se configurando como “territórios hostis para se viver as diferentes expressões das homossexualidades e as identidades de gênero não normativas” (GROSSI, FERNANDES & CARDOSO, 2017, p.165).

“Eu não gosto quando as pessoas me olham estranho... E muitas delas fazem isso... Até amigo, que se diz amigo né? É constrangedor... Tipo, certo dia na escola, numa aula... A professora me chamou por Ele, tipo,

eu gostei muito da atitude dela... **Pensei, enfim alguém me entendeu!** Mas aí **um menino falou logo, bem alto, é ELA professora!** Tipo, todo mundo começou a falar aí o povo **todo começou a me olhar e rir...** Tipo aí eu fiquei todo sem graça! Eu não falei nada! Eu saí! **Foi isso, eu abaixei a cabeça com vergonha e tipo... Saí da sala!**" (ABEL, HomemTrans, 18 anos - destaques nossos).

Os sentimentos de lutas individualizadas e batalhas solitárias se tornam frequentes, sobretudo no ambiente escolar onde as relações se traduzem em situações conflituosas, seja nas formas mais agravadas de agressões físicas, ou desveladas em formatos sutis como as práticas tão cotidianas de violações simbólicas (pré)anunciadas através das 'piadinhas', 'brincadeiras', comentários e insinuações.

Lamentavelmente são atos praticados, inclusive por quem deveria combater e promover a pluralidade e o respeito entre todas as pessoas que convivem nesse ambiente. Mas acabam por fortalecer a intolerância e as atitudes preconceituosas, atuando como algozes e impedindo o desenvolvimento de muit@s jovens que preferem abandonar a escola, ao ficarem sofrendo múltiplas violações.

Atitudes deste tipo são amparadas pela ausência de estratégias educacionais voltadas ao respeito e valorização da dignidade às diversas formas de manifestações de gêneros e sexualidades. Isso corresponde às indagações frequentes, como: Quem procurar? A quem recorrer? A quem pedir ajuda? Questionamentos que por vezes ficam sem repostas, uma vez que, a família não compreende e na escola, os próprios professores, a direção e a coordenação acabam incentivando tais práticas agressivas.

Sem soluções práticas, os constrangimentos cotidianos vivenciados e marcados por esses corpos, quando comumente são inferiorizad@s ou reprimid@s, criam situações de intimidações que desmotivam a frequência e permanência nas aulas e no próprio ambiente escolar.

O sistema não consegue a unidade desejada. Há corpos que escapam ao processo de produção dos gêneros inteligíveis e, ao fazê-lo, se põem em risco porque desobedeceram às normas de gênero, ao mesmo tempo revelam as possibilidades de transformação dessas mesmas normas (BENTO, 2011, p. 551).

A hostilidade vivenciada por essa desobediência, sobretudo no ambiente escolar que é onde se reforça e impulsiona o cumprimento da heteronormatividade e das normas inteligíveis de gêneros e sexualidades, é uma grande propulsora das invisibilidades desses corpos.

É necessário descortinar a evasão e traduzi-la em ‘expulsão compulsória’ que consiste no “desejo de eliminar e excluir aqueles que ‘contaminam’ o espaço escolar” (Bento, 2011, p. 555). Eliminação essa, ocasionada pela rejeição e repulsa cotidiana às performances, aos modos de ser e viver, ao descumprimento de normas essenciais.

Normas essas, como o uso do nome social, que ainda é incipiente, mas assinalam caminhos possíveis para a equidade, através de marcos legais e institucionais, agendas específicas, ações educativas e políticas sociais. Aumenta-se a cada dia o desafio da escola em promover uma cultura respeitosa, caso contrário, ela passará a ser o local onde se aprende que a diferença faz a diferença (BENTO, 2011).

“A professora falou assim: Aluna nova? Aí eu: humrum... **Aí na hora da chamada ela chega se assustou quando ela chamou meu nome de registro e eu: Eu!! Ela me olhou assustada, com aquela cara sabe? E eu... Ai me Deus... Por que eu preciso passar por todo esse constrangimento?** Aí depois o diretor foi e falou comigo que eu podia **ir na diretoria colocar o nome social...** E colocar na caderneta, aí eu fui! **Bem melhor!**” (ELEN, MulherTrans, 18 anos – destaques nossos).

A educação sempre contribuiu para o desenvolvimento da sociedade, então deve ser construída a partir de situações e experiências vivenciadas por alunos, mas também é através desta interação que surgem contribuições e possibilidades para a (re)formulação de estratégias de proteção, combate e prevenção da violência. Possibilita-se a abertura de um canal para uma Educação pautada nos Direitos Humanos, uma vez que: **“Aprender a conviver é um seguro de habilidades sociais para o presente e para o futuro; é, portanto, um indicador de bem-estar social”** (ORTEGA-RUIZ, 2002, p. 22 – grifos nossos).

“Eu sinto que nasci no corpo errado”: (Re)significação das identidades

A percepção dos indivíduos sobre os significados atribuídos pelo discurso social hegemônico interfere diretamente nas formas de se expressão, vivências e convivências e, acima de tudo, na capacidade de compreensão da própria posição nos principais contextos de sociabilidades. A partir das narrativas obtidas no estudo, o objetivo é elencar as aquelas que balizam a construção identitária e relacional de jovens a fim de perceber através de seus discursos como el@s (re)significam seus mundos.

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade em vias de nascer diante dos seus próprios olhos; e, quando tudo pode, por fim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode dizer-se a propósito de tudo, é porque todas as coisas, tendo manifestado e trocado o seu sentido, podem regressar à interioridade silenciosa da consciência de si (FOUCAULT, 2014, p. 46).

A sociedade invoca e consolida tais domínios de exclusão a todo instante, restringindo e solidificando os preconceitos, de forma a ‘desontologizar’ os seres, desfazendo a ontologia do ser e configurando uma ‘ontologia social’ (Butler, 2015). Até mesmo porque qualquer ontologia se torna irrealizada dentro de um sistema tão hegemônico.

O "ser" do corpo ao qual essa ontologia se refere é um ser que está sempre entregue a outros, a normas, a organizações sociais e políticas que se desenvolveram historicamente a fim de maximizar a precariedade para alguns e minimizar a precariedade para outros. **Não é possível definir primeiro a ontologia do corpo e depois as significações sociais que o corpo assume. Antes, ser um corpo é estar exposto a uma modelagem e a uma forma social, e isso é o que faz da ontologia do corpo uma ontologia social** (BUTLER, 2015, p. 14-15 – grifos nossos).

Estas particularidades compõem a estrutura do sistema patriarcal, machista, racista e heterossexista, que cada vez mais, se torna colonializado, contribuindo sumariamente para o aumento das hostilidades, violências, discriminações e injustiças sociais. “O corpo está exposto a forças articuladas social e politicamente, bem como a exigências de sociabilidade que tornam a subsistência e a prosperidade do corpo possíveis” (Butler, 2015, p. 15).

Vejamos os significados construídos pel@s própri@s participantes que, obviamente, são influenciad@s pelos contextos públicos e privados, além das acepções de sociabilidade sobre sexualidades:

“O preconceito existe porque a sociedade criou isso... isso que tem um determinado tipo de pessoa que não é normal, pelo seu gosto ou jeito de ser, e ela faz essas pessoas se sentirem anormais. Por isso se tem todas as consequências do que chamamos de preconceito” (ABEL, HomemTrans, 18 anos – destaques nossos).

O preconceito está arraigado na sociedade que historicamente segue os parâmetros dicotômicos do que é certo/errado, permitido/proibido, normal/estranho. Esses padrões vão sendo continuamente (re)alimentados, e por conseguinte, acabam por ‘rotular’ tod@s que, de alguma maneira, possuam estereótipos pré-concebidos das normas que não são consideradas inteligíveis por esta sociedade. E como resultado surge à intolerância ou ainda o que Bento (2011) irá denominar de ‘heteroterrorismo’ – um tipo de terrorismo reproduzido nas relações sociais de forma contínua e cíclica, que marca e (re)produzem as subjetividades das pessoas. “Há um heteroterrorismo a cada enunciado que incentiva ou inibe comportamentos a cada insulto ou piada homofóbica” (Bento, 2011, p. 552). Sobretudo, na cultura que impera a heterossexualidade compulsória, na qual os corpos já nascem generificados.

Quando compreendemos a produção das identidades de gênero marcada por uma profunda violência, passamos a **entender a homofobia enquanto uma prática e um valor que atravessa e organiza as relações sociais**, distribui poder e regula comportamentos [...] Aqueles que são hegemônicos têm poderosas instituições que repetem em uníssono: **a normalidade da existência tem como fundamento a diferença sexual** (BENTO, 2011, p. 556 e 558 – grifos nossos).

O preconceito e a intolerância são categorias tão presentes nas narrativas que apontam o quanto internalizam e inclusive, percebem uma (auto)culpabilidade da sua própria exclusão social. Isso ocorre porque el@s não vivem ‘fora do (cis)tema’, e por consequência, também absorvem as normas que o (cis)tema @s impõem a todo momento. Deste modo, punem-se pela “desobediência” aos padrões ditos hegemônicos.

Primeiro, **tudo acontece a partir do primeiro momento que a gente bota um pé pra fora da rua!** Aí você já está... O mundo já tá te olhando... Observando... Todo mundo! As pessoas na rua já te olham estranho... **É complicado! Eu me sinto constrangida né?** Imagina aí, por exemplo, você tá num buzu... aff! **Porque não tem pra onde correr** minha filha... Quando você vai pegar um buzu, vai ser completamente observada! Ainda mais agora que entra pela frente... **Antigamente dava pra disfarçar que entrava e já ia logo me esconder no fundo né? Agra não! Agora você tem que passar por todo mundo, se quiser ir pro fundo, ó praí?** Que situação? Então **as maiores dificuldades que enfrento na vida são todas por causa do Preconceito!** Sem dúvidas. **É muito ruim você chegar nos lugares e não ser reconhecida como deveria ser, e por causa disso ser alvo de todo mundo. Todo mundo te olha estranho professora! É o ó! É estressante, é muito constrangedor. Outro dia, precisei ir à UPA! Aff, que tormento,** ainda mais num hospital, que só vive cheio. Aparece na tela o nome de um homem, quando você levanta bem amaposinha, bem mulher, **parece que todo mundo para de fazer o que estava fazendo e fica te olhando, fuxicando, comentando, estranhando. É muito constrangedor mesmo.** Eu já chego no consultório tão atônita por ter passado pelo constrangimento da sala de espera que nem tenho como avaliar mais o atendimento do médico, **mas é tudo sempre tão ruim, que faço de tudo para não precisar usar esse tipo de serviço público,** aff! (ELEN, MulherTrans, 18 anos – destaques nossos).

Atividades tão simples do cotidiano, associadas às necessidades humanas mais básicas, tais como o usufruto de espaços de lazer e entretenimento; a utilização de transportes públicos, ou o atendimento nos serviços de saúde podem se transformar em um martírio ou momentos de grandes constrangimentos, ao restringir a expressão das liberdades individuais, cerceando os direitos de desfrutar dos serviços que são fundamentais para quaisquer cidadãos.

O afastamento desses pontos qualificadores de humanidade reduz a capacidade de o sujeito entrar na esfera dos direitos e de reivindicá-los. **As normas de gênero só conferem vida àqueles seres que estão “ajustados” a essa expectativa** (BENTO, 2011, p. 554 – grifos nossos).

As normas e os valores hegemônicos são os verdadeiros ditadores do conceito de normalidade na sociedade. Quebrar as regras e conseguir ser visto/compreendido como uma pessoa humana não é tarefa tão simples:

Portanto, **não se trata de “saber conviver”, mas considerar que a humanidade se organiza e se estrutura na e pela diferença. Se tivermos essa premissa evidente, talvez possamos inverter a lógica: não se trata de identificar “o estranho” como “o diferente”, mas de pensar que estranho é ser igual e na intensa e reiterada violência despendida para se produzir o hegemônico transfigurado em uma igualdade natural.** As reivindicações de identidades que exigem direitos são o desdobramento inevitável de uma ordem de gênero que estabelece que a inteligibilidade dos gêneros está no corpo. Dois corpos, dois gêneros, uma sexualidade. Nessa perspectiva binária, o masculino e o feminino seriam a expressão ou formulação cultural da diferença natural dos sexos. Ao localizar nas instituições a explicação para a gênese das experiências identitárias, inverte a lógica: **são as normas de gênero que possibilitam a emergência de conflitos identitários com essas mesmas normas** (BENTO 2011. P. 558 – grifos nossos).

Eu sou mulher! Não tem como me nomear diferente! Eu nasci assim, e acho que pessoas como eu nascem assim não vira depois. E **quanto antes se reconhecer de fato como se sente... é melhor! Sofre menos!** E eu não me acho anormal! **Sei que sou normal... Já nos olhos deles... na maneira que eles pensam né? Eu não sou!** (ELEN, MulherTrans, 18 anos – destaques nossos).

Eu me sinto uma pessoa normal, mas que nasci no corpo errado! Desde quatro ou cinco anos eu já me sinto como mulher, eu já me sentia uma menininha, mas no corpo de homem. **Eu sinto que nasci no corpo errado!** (EDY - MulherTrans, 18 anos – destaques nossos).

Por conseguinte, nessa condição de exclusão causada pelo preconceito que ainda impera e rege a sociedade onde vivem e se relacionam, é comum o isolamento, já que os laços sociais afetivos muitas vezes se tornam raros e os territórios são fortemente demarcados para (re)conhecimentos e (con)vivências.

Tanto no ambiente escolar quanto nos locais de sociabilidade se sentem melhor e mais seguros quando estão agrupados ou guetificados entre seus pares:

Só saio daqui só com minha turma, todo mundo do meu tipo. Vamos muito dia de domingo na Barra, perto do Farol, tem um ‘tardal’ ali. Sempre fica vários gays, lésbicas e trans. **Mas tem muita gente homofóbica por ali. Prefiro ficar por aqui nos paredão mesmo da vida. Me sinto leve. Todo mundo já sabe como eu sou e me conhece.** E todo mundo do meu cotidiano, então tá ótimo. (EDY, MulherTrans, 18 anos – destaques nossos).

Geralmente não saio aqui do bairro, porque todo mundo já me conhece. Então ninguém mexe comigo. Mas sair pra outros lugares, não saio não!

Ser uma MulherTrans me priva muito de ir em vários lugares. Pra morrer basta estar viva. Quem é normal já sofre violências, imagina assim, como eu? É complicado... Muito complicado! (ELEN, MulherTrans, 18 anos – destaques nossos).

Infelizmente, ainda sobressai o absurdo da desumanização de vidas que são vividas em um processo de redução marcado pela normatividade colonizada e estruturada, que dita os padrões e comportamentos aceitáveis e não aceitáveis socialmente.

Uma matriz heterossexual delimita os padrões a serem seguidos e, ao mesmo tempo, paradoxalmente, fornece a pauta para as transgressões. É uma referência a ela que se fazem não apenas os corpos que se conformam às regras de gênero e sexuais, mas também os corpos que as subvertem (LOURO, 2003, p. 17 – grifos nossos).

A partir dessa matriz heterossexual que delimita e impõe os padrões, os corpos serão sempre julgados e por consequência, aprisionados. Sentença esta que delimita para além de seus espaços e ocupações a criação e/ou desenvolvimento de redes e relações, o que impacta no convívio social das pessoas e, por isso, as enquadram como seres subversivos. Dessa forma, promove sua invisibilização e as tornam alvos de preconceitos e das mais variadas formas de discriminação, inclusive de (auto)culpabilidade e exclusão do seio familiar e social.

Considerações finais

Fica evidenciado através das narrativas descritas nesse trabalho que se faz urgente manter vivo o debate para a (des)construção e (re)significação de paradigmas acerca das sexualidades dos corpos. É indispensável abrir um canal de constantes diálogos para que se possa discutir toda a complexidade e diversidades da subjetivação presentes nas construções identitárias transgêneras, a partir de uma (re)educação da sociedade para o respeito às diferenças e às diversidades de gêneros.

As narrativas aqui apresentadas demonstram o quão são marcad@s, estigmatizad@s e violentad@s as vidas de jovens que não atendem as normas ditas hegemônicas e inteligíveis. O quanto subsistem, pelo simples fato de ser quem são: pessoas humanas.

Ademais, mesmo diante de tantos conflitos e dificuldades, reforçados pelas amarras e regras socioculturais, importa salientar a resistência, e a sensação de liberdade ao encontrar coragem para abrir portas e “sair do armário” livrando-se da clausura de (auto)negação, de silenciamentos, angústias e invisibilidades. E assim, alcançar constância e força para compreender que uma identidade considerada subversiva, converge em formas inteligíveis e se manifestam, simplesmente, no ato de ser humano, em todas as suas dimensões e direitos, razão pela qual devem ser (re)conhecid@s.

Ser capaz de viver, ver e aprender a (con)viver em uma sociedade pautada no preconceito, que desconsidera as diversas formas e expressões, considerando somente, aquelas que ‘obedecem’ à norma pré-estabelecida, a partir de parâmetros coloniais patriarcais, machistas, racistas e hegemônicos, pode ser um reducionismo da complexa experiência social e existencial.

É determinante uma práxis educativa como ferramenta transformadora, capaz de apontar a urgente e ampla necessidade de promoção de espaços que problematizem as possibilidades de Ser, Estar e Conviver na contemporaneidade. Educar para e pelos Direitos Humanos é uma importante e possível chave capaz de abrir portas para essas transformações, possibilitando pensar e relatar a si mesm@s, e assim, propiciar “um olhar” mais amplo, que valorize e respeite a dignidade e o jeito de ser de todas as pessoas. Sendo assim, possível romper com vidas precárias e (re)construir o conceito de vidas vivíveis (Butler, 2015), a partir da desqualificação das relações opressoras e de subalternidade.

Por conseguinte, ao desestruturar o típico modelo ditatorial do binarismo sexual e de gênero abre-se uma lacuna para uma possível promoção de/para Direitos Humanos, sendo caminhos ainda a serem matizados, mas que podem encontrar na Educação uma das principais vias de acesso para a construção desse longo percurso.

Referências

ABRAMOWAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia & WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Juventudes na escola, sentidos e buscas**: por que frequentam? Brasília: Flacso – Brasil, OEI, MEC, 2015.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [1949] 2009.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feminista**, v.19, n. 2, p. 549-559, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a16.pdf>> Acesso em: 10Mar. 2020.

BUTLER, Judith. Actos performativos e constituição de gênero. Um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: MACEDO, Ana Gabriela; RAYNER, Francesca (Org.). **Gênero, cultura visual e performance**. Antologia crítica. Braga: Universidade do Minho/Húmus, 2011.

_____. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

_____. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 13 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon & GOMES, Gina Emília Barbosa de Oliveira Costa. Violência(s) Portas Adentro: Categorias Relacionais como Gênero e Famílias em Foco Interdisciplinar. In: BASTOS, Ana Cecília de Souza. et al. **Família no Brasil**: recurso para a pessoa e sociedade. Curitiba: Juruá, 2015. p. 313-338.

_____. & SILVA, Antônio Carlos da. Controvérsias de/para uma Educação Integral: tendências inclusivas ou exclusivas? In: BORGES, Celma (Org.). **Educação Integral na região metropolitana de Salvador**. Salvador: Edufba, 2016. p. 41-62.

DIAS, Isabel. O espaço doméstico como lugar da violência de gêneros. **Sociologia, Porto**, v. 11, p. 103-106, 2001. Disponível em: <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1483.pdf>> Acesso em: 10 Mar. 2020.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

ESTÊVÃO, Carlos Alberto Vilar. Democracia, Direitos Humanos e Educação. Para uma perspectiva crítica de Educação para os Direitos Humanos. **Revista Lusófona de Educação**, v. 17, n. 17, p. 11-30, aug. 2011. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/2361>> Acesso em: 10 Mar. 2020.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1**: A vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

_____. **História da Sexualidade 2**: O uso dos prazeres. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa Social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004, pp. 79-108. Disponível em: <http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo_2001.pdf> Acesso em: 12 Mar. 2020.

GROSSI, Miriam Pillar; FERNANDES, Felipe Bruno Martins & CARDOSO Fernanda. **Sexualidades, juventude e representações docentes**: uma etnografia em escolas públicas de Santa Catarina. Florianópolis: Tribo da Ilha/Copiart, 2017.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

_____. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-posições**, v. 19, n. 2, p. 17-23, maio/ago., 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>> Acesso em: 12 Mar. 2020.

ORTEGA-RUIZ, Rosário. **Estratégias educativas para a prevenção da violência**. Trad. de Joaquim Ozório. Brasília: UNESCO, UCB, 2002.

PRECIADO, Beatriz Paul & DAUMAS, Cécile. INTERVIEW Paul B. Preciado: Nos corps trans sont un acte de dissidence du système sexe-genre. **Liberation**, Paris, 19 mars 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2MjOdvH>> Acesso em: 28 Mar. 2020

_____. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: N-1 Edições, 2014.

*Recebido: 26.05.2021
Aprovado: 30.06.2021*